



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

PROBLEMA MARISTA

A audiência pública da permuta do imóvel do Marista com o lote no Jardim Nova Aliança expôs a precariedade dos estudos sobre a viabilidade de ocupação do espaço como Centro Administrativo. O momento mais embaraçoso ocorreu quando o arquiteto José Antônio Lanchote admitiu que não existe projeto executivo e que sequer se sabe quantas secretarias caberiam no espaço. Outro ponto que chamou a atenção foi que os valores apresentados se aproximam muito do custo da construção do centro administrativo da gestão Duarte Nogueira, considerando a valorização do lote nos próximos anos.

ENCURRALADOS

O vice-prefeito Alessandro Maraca (MDB) e o arquiteto Lanchote ficaram encurralados em diversos momentos da audiência. Não houve resposta a questionamentos feitos por munícipes e vereadores, tampouco aos pontos levantados pela vereadora Perla Miller (PT) e pelo presidente Daniel Gobbi (PP). A postura dos dois agentes públicos beirou o constrangimento público.

PAVINI CONVIDA

A vereadora Perla expôs, na audiência, que recebeu convite e esteve no imóvel do Colégio Marista, onde destacou a característica básica e principal do espaço: a de escola, inclusive com dimensionamentos de banheiros voltados ao público infantil. O convite partiu do desenvolvedor imobiliário Valdir Pavani, também ex-diretor comercial do jornal Gazeta Ribeirão, do grupo RAC, de Campinas. O corretor se apresenta como agente do Marista e de importantes empresários.

DON MARACONE

Uma pessoa abordou este colunista durante a audiência pública e informou que Alessandro Maraca defende internamente uma participação mais efetiva na sucessão do próximo presidente da Câmara. Com a maior bancada do Legislativo e já com o controle da Casa Civil, o MDB deseja também indicar membro de confiança para a CCJ. A estratégia é clara: domínio da Casa Civil e do Legislativo, com anuência da bancada de Isaac Antunes (PL) e Daniel Gobbi. Será?

PATRULHA SALVADORA

O promotor Alexandre Padilha, do MPE/SP, comanda a pauta dos afastamentos na política. Na última ação, afastou quatro agentes: dois presidentes de empresas públicas e dois conselheiros. Antes, sugeriu a descontinuidade da gestão do ex-presidente da Câmara. Ao todo, são cinco afastamentos na Prefeitura, na Câmara e em empresas municipais. Padilha não apenas pauta exonerações como também causa apreensão e arrepios em vereadores nos inquéritos de improbidade que conduz.

CUPIM NA CÂMARA

O caso do vereador Maurício Vila Abranches (PSDB), cuja franquia do carro oficial foi supostamente paga por assessor e que envolve acusação de rachadinha, gera um desejo comum no meio político: base e oposição torcem para que o assunto fique restrito ao MP, para não encaminhar um novo processo de cassação. Apesar do sensível tema, o “Cupim Dourado” ainda tem menos rejeição do que o suplente que assumiria em caso de cassação. Com Zerbinato (PSDB) praticamente ilegível por rachadinha, na sequência aparece o ex-vereador Rodrigo Simões (PSDB), rejeitado no meio político. Deixa o MP cuidar do “cupim”, e tudo segue como está.

CALANDRELLI NELES

Camilo Calandrelli, vereador do PL que assumiu a vaga deixada por Lincoln Fernandes, já entrou em cena com intensidade. Sua “primeira movimentação para Ribeirão” foi lançar a candidatura à reeleição do deputado estadual Lucas Bove (PL), considerado um forasteiro apoiado pelo agropecuarista Paulo Junqueira. A coluna já havia antecipado que Calandrelli chegava com a missão de ajudar a montar uma bancada, sob o comando de PJ, principal articulador dos votos de Bove em 2022.

COMPLIANCE FROUXO

Embora a base governista não fiscalize e passe pano, a oposição — composta por vereadores da direita e da esquerda — também deixou passar os balanços das empresas municipais e fundações como Coderp, RP Mobi e Santa Lydia. Nenhum vereador, nem mesmo Matheus Moreno, presidente da Comissão de Finanças, que deveria estudar déficits e resultados insatisfatórios das fundações e empresas municipais diante de prejuízos absurdos, parece ter percebido. Vive em Nárnia. Este bilhete é verdadeiro: “compliance soy yo!”.

ADMINISTRAÇÃO

PERMUTA DO MARISTA

Audiência escancara falta de estudos e Gobbi pede retirada da pauta

Vice-prefeito afirmou que não é possível responder quantas secretarias podem ser instaladas no local; presidente da Câmara se manifesta

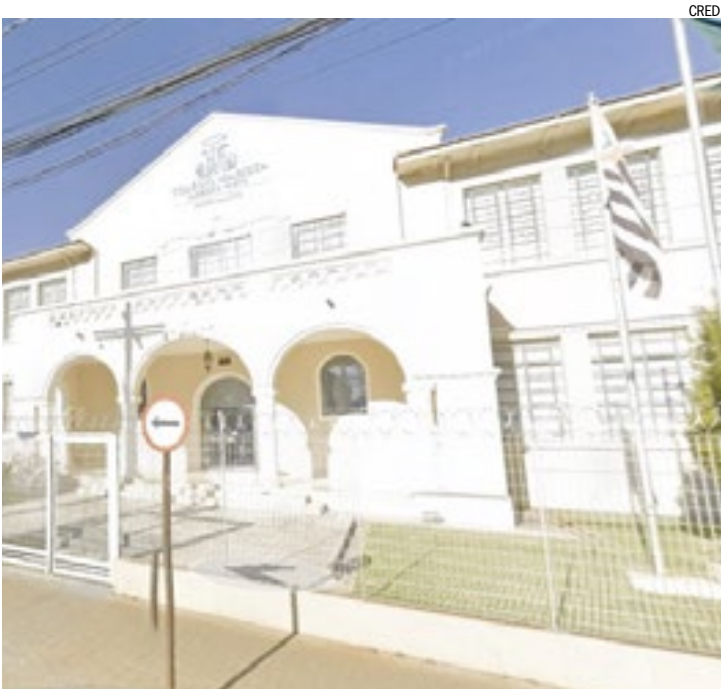
ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

A audiência pública realizada pela Câmara de Ribeirão para discutir a permuta entre o imóvel do Colégio Marista, na região central, e o lote municipal no Jardim Aliança escancarou a falta de estudos técnicos que deem sustentação à proposta do Executivo. Ao longo da discussão, vereadores, munícipes e especialistas apontaram inconsistências na avaliação dos imóveis, ausência de planejamento para a instalação de um futuro centro administrativo e lacunas jurídicas na tramitação do projeto. O presidente da Casa, Daniel Gobbi (PP), pediu a retirada da proposta.

Na proposta anterior, o valor do lote havia sido estimado em R\$ 37 milhões. Na nova modelagem, o valor saltou para R\$ 86 milhões, sem que, segundo os críticos, tenha sido apresentada justificativa técnica clara para a mudança. Durante a audiência, também foram citadas estimativas de mercado que avaliam a área em R\$ 110 milhões.

Além da controvérsia sobre os valores, a audiência evidenciou a ausência de estudos considerados essenciais para a viabilidade da operação. Entre eles, não foram apresentados estudos de impacto de vizinhança, de trânsito e de adaptação do imóvel do Marista para uso administrativo. Também não há, até o momento, definição sobre quantas secretarias municipais seriam transferidas para o local nem sobre quantos servidores o prédio poderia abrigar.

Durante a audiência, tanto o vice-prefeito Alessandro Maraca (MDB) quanto o servidor José Antônio Lanchote, arquiteto, afirmaram que esses cálculos só seriam feitos após a concretização da permuta. Outro ponto criticado foi a previsão de que o Marista continue ocupando a área central por até 18 meses após a negociação, sem previsão de pagamento de aluguel.



Colégio Marista, na região central de Ribeirão Preto

MUNÍCIPE VÊ FALTA DE PLANEJAMENTO

Em um dos momentos mais tensos da audiência pública, o munícipe Antônio Davi, corretor de usinas de açúcar e álcool, interrompeu o servidor público José Antônio Lanchote e questionou diretamente: “Eu questiono sobre quantos servidores e quantas secretarias caberiam no Colégio Marista”.

O servidor titudeou e afirmou que essa definição só ocorrerá depois de feito o projeto executivo — mas, ao ser pressionado sobre quando o projeto será elaborado, revelou que o projeto executivo terá custo e será feito após a compra/permuta.

Antônio Davi respondeu imediatamente: “Não existe planejamento, a compra está sendo feita no escuro”. O comentário deixou os presentes constrangidos e incomodou o vice-prefeito Alessandro

Maraca, expondo publicamente a ausência de planejamento estratégico da operação e a fragilidade técnica do projeto de lei. Não foram apenas munícipes, entretanto, que perceberam a falta dos estudos técnicos. Em nota divulgada após a audiência, o presidente da Câmara, Daniel Gobbi (PP) defendeu que a proposta seja reavaliada com base em estudos técnicos e informações mais consistentes.

“Diante do cenário apresentado na audiência, em que surgiram mais dúvidas do que respostas, solicitei ao Executivo Municipal a retirada do projeto da tramitação legislativa para que a proposta seja reavaliada e complementada com estudos, análises técnicas e informações que permitam uma discussão transparente e responsável”, afirmou.

ESCOLA

Em outro trecho da audiência, a vereadora Perla Muller (PT) relatou ter visitado o imóvel do Colégio Marista e destacou que a estrutura foi concebida originalmente para uso escolar, o que reforça a necessidade de laudos técnicos específicos sobre a viabilidade e o custo de adaptação do prédio para fins administrativos.

Procurada, a Prefeitura de Ribeirão Preto informou

que o projeto de lei encaminhado à Câmara “trata apenas da autorização legislativa para uma possível permuta dos imóveis”.

Segundo a administração municipal, qualquer medida relativa à concretização da negociação, elaboração de projetos, contratação de estudos, realização de adequações ou ocupação dos espaços só poderá avançar caso a matéria seja aprovada pelo Legislativo.